
Garimpo ilegal, desinformação e povo Yanomami: os conflitos discursivos na Agência Lupa¹

Willians Severino Dias²
Juliana Fernandes Teixeira³
Universidade Federal do Ceará - UFC

Resumo

Este trabalho, com base no método do estudo de caso (Duarte, 2011), investiga como a Agência Lupa mobiliza perspectivas no enfrentamento à desinformação sobre o povo Yanomami e a atividade garimpeira ilegal que afeta humanos e não humanos. Os indígenas são alvos de fake news, um fenômeno contemporâneo que se insere no cotidiano. Para tanto, são consideradas as discussões de Martins e Teixeira (2025), sobre fact-checking e desinformação, bem como a ambivalência de sentidos proposta por Bhabha (1998). O estudo revela conflitos discursivos nas checagens da Agência Lupa e o silenciamento de vozes indígenas, o que restringe a compreensão da crise.

Palavras-chave: desinformação; yanomami; ambivalência de sentidos; fake news; garimpo ilegal.

Introdução

A Terra Indígena Yanomami vivencia, atualmente, uma crise humanitária que levou o Poder Executivo da União a decretar, em 2023, emergência em saúde pública, diante do avanço de doenças, devido ao garimpo ilegal (Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2025) que se faz presente no estado desde meados de 1940 (Rodrigues, 2017). Os confrontos entre garimpeiros e indígenas terminam em morte, em meio à poluição dos rios, assim como o desmatamento, que afetam tanto ecossistemas locais quanto a vida humana (Fernandes; Alaminio; Araújo, 2014).

A crise envolvendo Yanomami é alvo das chamadas *fake news*, um fenômeno contemporâneo no qual uma informação falsa é apresentada como verdadeira com objetivo de desinformar (Martins; Teixeira, 2025). Nesse cenário, as agências de *fact-checking*, especializadas na checagem de fatos, atuam na tentativa de apontar para a população a informação correta, corrigindo e indicando mentiras (Martins; Teixeira, 2025).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desinformação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando, com bolsa Capes, no programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), email: willians350@hotmail.com.

³ Doutora em Comunicação, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), email: teixeira.juliana.rj@gmail.com.

A articulação entre fatos e explicações, ação valorizada pelo jornalismo interpretativo, conforme Luiz Beltrão (1976), torna-se importante no esclarecimento de ocorrências relacionadas à atividade garimpeira ilegal. Assim, as agências podem evidenciar conflitos discursivos mediante mobilização de discursos de fontes, por meio de uma ambivalência de sentidos, nos termos de Homi Bhabha (1998), como o caso da Agência Lupa, que surgiu em 2015 com especialidade em *fact-checking*⁴.

Considerando a emergência do debate, analisaremos os conteúdos da Agência Lupa denominados “*É falso que Magazine Luiza 'financia' fome dos Yanomami com venda de cogumelos*”, “*Tribunal Penal de Haia não denunciou Lula por genocídio; ação foi movida por deputado federal*” e “*É falso que indígenas em estado de desnutrição em Roraima são venezuelanos*”. As discussões de Allysson Martins e Juliana Teixeira (2025) contribuem com o debate sobre *fake news*, desinformação e *fact-checking*, ao passo que Homi Bhabha (1998) e Marcia Duarte (2011) nos ajudam nos argumentos sobre ambivalências de sentidos e estudo de caso, respectivamente. Este trabalho propõe discutir como a Lupa articula perspectivas no enfrentamento à desinformação sobre o povo Yanomami e o garimpo ilegal.

Podemos considerar que o conteúdo produzido pela agência funciona como um espaço de conflito discursivo, quando contradiz uma *fake news*, introduzindo fontes de informação em seus conteúdos. A fonte oficial se trata de alguém em função ou cargo público que se expressa por órgãos mantidos pelo Estado. As fontes especializadas são pessoas com saber específico e as fontes não oficiais são as testemunhas de fatos (Schmitz, 2011), as quais precisam de protagonismo, como o povo da floresta (Bueno, 2009), evitando a redução da cobertura jornalística a um olhar econômico ou científico (Bueno, 2008).

Nesse sentido, o realismo crítico perspectivista, tratado por Wilson Gomes (2009), indica que as concepções dos sujeitos envolvem diferentes pontos de vista dentro de uma comunidade de sentidos. Porém, as intersubjetividades pós-fenomenológicas, conforme pressupostos de Homi Bhabha (1998), em nosso campo de estudo, indicam que nenhuma fonte de informação atua de forma isolada, uma vez que uma perspectiva depende da outra para existir. Ou seja, ainda que cada sujeito objetifique fatos, esse discurso não é individual, pois há influências externas. Essa perspectiva é pertinente a

⁴ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

problemas da contemporaneidade que podem ser tratados através do método de estudo de caso, segundo ensinamentos de Marcia Duarte (2011).

Estudo de caso no contexto da desinformação

O estudo de caso pode ser utilizado em investigações sobre fenômenos contemporâneos, em situações da vida real (Duarte, 2011), como ocorre no caso das *fake news* quando também consideramos as discussões de Martins e Teixeira (2025). O método do estudo de caso funciona como um instrumento de reflexão crítica (ou tomada de consciência) dos sujeitos para realidade social e a inserção do estudo em acontecimentos auxilia na análise prática de problemas do nosso cotidiano (Duarte, 2011), como a desinformação e o garimpo ilegal.

Conforme a autora, as observações feitas pelos sujeitos podem ser recursos utilizados para comprovar tais evidências de modo que a análise a partir desse método ajuda na compreensão de fenômenos sociais complexos (Duarte, 2011). Por isso, analisaremos as checagens “*É falso que Magazine Luiza 'financia' fome dos Yanomami com venda de cogumelos*”, “*Tribunal Penal de Haia não denunciou Lula por genocídio; ação foi movida por deputado federal*” e “*É falso que indígenas em estado de desnutrição em Roraima são venezuelanos*”.

A Agência Lupa e os conflitos discursivos diante de *fake news*

A produção da Agência Lupa “*É falso que Magazine Luiza 'financia' fome dos Yanomami com venda de cogumelos*” desmente uma declaração da deputada federal Sílvia Waiãpi (PL-AP). Segundo a Lupa, a agência agiu após solicitações no *Facebook*, o que evidencia manifestações discursivas provocadas pelas ambivalências de sentidos (Bhabha, 1998), justamente por esses usuários da rede social, dado que a internet permite a atuação democrática dos sujeitos (Kerckhove, 2008). A parlamentar afirmou que o Magazine Luiza vende cogumelos Yanomami, contribuindo para a fome dos indígenas.

A fim de apontar a informação correta, corrigindo e indicando que se trata de mentira (Martins; Teixeira, 2025), a Lupa mobiliza fontes oficiais e especializadas, como a Hutukara Associação Yanomami (HAY), a qual afirmou que o cogumelo “[...] ajuda a manter sua subsistência e seu modo de vida tradicional” (Soares, 2023). A

afirmação da parlamentar, disseminada como verdadeira em rede social, apresenta características de *fake news* (Martins; Teixeira, 2025).

Na checagem da Lupa, pesquisadores da Fiocruz e da área de nutrição indígena mencionaram que a fome na Terra Indígena tem vínculo com a degradação ambiental causada pelo garimpo ilegal (Soares, 2023). No entanto, o website mencionou o problema sem aprofundamento, mesmo diante da emergência pública decretada, devido à invasão de garimpeiros (Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2025), visto que a atividade garimpeira afeta seres humanos e não humanos (Fernandes; Alamino; Araújo, 2014). Em 2023, mais de 300 crianças morreram na região, mas o veículo não associou os fatos às explicações (Beltrão, 1976), dificultando a compreensão da crise em sua integridade.

A Lupa tampouco incorporou a perspectiva indígena, restringindo-se ao ponto de vista de um especialista, ao afirmar que iniciativas como a do cogumelo valorizam conhecimentos ancestrais (Soares, 2023). Embora os indígenas atuem como protagonistas nas redes digitais, transmitindo identidades e mensagens de seus interesses (Nassar, 2008), eles estão ausentes na checagem. A agência permitiu que uma fonte especializada falasse em seu lugar, mesmo que os Yanomami possam expressar suas próprias visões.

A ausência do ponto de vista dos indígenas igualmente ocorre na checagem “*Tribunal Penal de Haia não denunciou Lula por genocídio; ação foi movida por deputado federal*”, em que a agência desmente conteúdo que afirmava que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi denunciado por genocídio contra os Yanomami (Pereira, 2024).

A manifestação discursiva do website foi provocada por leitores via *WhatsApp*, o que também demonstra a incitação da manifestação discursiva, por intermédio da ambivalência de sentidos (Bhabha, 1998), de quem acompanha as atividades desenvolvidas pela Lupa, da própria agência e das fontes de informação acionadas pelo website para desmentir a *fake news* inserida na realidade social dos leitores (Duarte, 2011).

De acordo com a Lupa, a denúncia partiu do deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO), baseada em dados sobre aumento de mortes entre Yanomami em 2023. A agência classificou o conteúdo como “fora de contexto”, confirmando que houve mortes

em 2023, mas ressaltou que dados referentes ao ano anterior estão subnotificados, segundo o Ministério da Saúde. Contudo, o website não relacionou as mortes ao garimpo ilegal, contrariando o jornalismo interpretativo (Beltrão, 1976).

No material checado “*É falso que indígenas em estado de desnutrição em Roraima são venezuelanos*”, a relação com o garimpo é evidenciada, todavia, a ausência da perspectiva indígena é da mesma maneira percebida. O conteúdo da checagem atesta que é “falso” que “[...] indígenas em estado de desnutrição em Roraima são venezuelanos e “frutos do comunismo” de Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)” (Rosauero, 2023).

Com a finalidade de indicar para a população a informação correta (Martins; Teixeira, 2025), a agência especializada em checagem de fatos estimula a manifestação discursiva de fontes de informação. A Lupa cita audiência pública na Câmara dos Deputados, na qual foram denunciados casos de garimpo ilegal, violência sexual, destruição ambiental e desnutrição infantil no território Yanomami, demonstrando que a crise abrange dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais que se interligam.

O website expôs que a situação de emergência, conforme a ex-ministra da Saúde, se deve à omissão do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), mas não incorporou o ex-presidente na discussão. Logo, há predomínio de conflitos discursivos, permeados por ambivalências de sentido (Bhabha, 1998), para desmentir *fake news*, mas essa mesma oposição de perspectivas é prejudicada, no momento que o ponto de vista do ex-presidente não é valorizado para confrontar os argumentos de Trindade.

Embora isso ocorra, podemos considerar que existe nas narrativas apresentadas pela agência Lupa preponderância da mobilização de discursos diante do fenômeno contemporâneo das *fake news* (Martins; Teixeira, 2025), presentes na vida social dos indivíduos (Duarte, 2011). Porém, tal cenário evidencia conflitos discursivos no combate à desinformação e revela subalternização de vozes não oficiais, como a dos Yanomami.

Considerações finais

A agência Lupa atua diante de *fake news* associadas aos povos indígenas e ao garimpo ilegal. Para informar um fato correto, corrige e indica que se trata de uma mentira, mobilizando fontes de informação, revelando ambivalência de sentidos, pois

provoca discursos e tem a própria manifestação discursiva estimulada por leitores. Contudo, por vezes, não liga fatos às explicações, ao não demonstrar que os problemas enfrentados pelos Yanomami se devem ao garimpo ilegal.

O website desconsidera a perspectiva de fontes não oficiais, como indígenas aldeados. Embora utilize a concepção da Hutukara Associação Yanomami (HAY), trata-se de fonte oficial organizacional. O silenciamento de vozes não oficiais vulneráveis e vulnerabilizadas expõe certa elitização da narrativa e impossibilita a compreensão ampla de um problema complexo, bem como a reivindicação de ações capazes de garantir direitos fundamentais.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**: Filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BHABHA, HOMI K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BUENO, Wilson da Costa. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**. São Paulo. Ano 13 n.13, p. 113- 126, jan/dez., 2009.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni. (Org). **Jornalismo ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 105 - 118.
- DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.
- DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 215 - 235.
- FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAÚJO, E. **Recursos minerais e comunidade**: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: Cetem/MCTI, 2014.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Terra Indígena Yanomami**: Funai e Conab contabilizam 160 mil cestas de alimentos entregues em caráter emergencial. Disponível em: <<https://shre.ink/emj5>>. Acesso em: 10 jun. 2025
- FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Yanomami**: em dois anos de atuação, Governo Federal promove segurança alimentar, assegura acesso a direitos e avança no combate ao garimpo. Disponível em: <<https://shre.ink/emje>>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teorias do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

KERCKHOVE, Derrick de. Da democracia à ciberdemocracia. In: DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008. p. 125 - 143.

MARTINS, Allysson Viana; TEIXEIRA, Juliana Fernandes. **Não era só uma gripezinha, mas desinformação**. Florianópolis: Editora Insular, 2025.

NASSAR, Paulo. A mensagem como centro da rede de relacionamentos. In: DI FELICE, Massimo. **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008. p. 191 - 201.

PEREIRA, Catiane. **Tribunal Penal de Haia não denunciou Lula por genocídio; ação foi movida por deputado federal**. Disponível em: <<https://shre.ink/xO6O>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpagem e mineração no norte do Brasil**. Manaus: EDUA, 2017.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

ROSAURO, Maiquel. **É falso que indígenas em estado de desnutrição em Roraima são venezuelanos**. Disponível em: <<https://shre.ink/xO6h>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOARES, Gabriela. **É falso que Magazine Luiza 'financia' fome dos Yanomami com venda de cogumelos**. Disponível em: <<https://shre.ink/xPA2>>. Acesso em: 9 jun. 2025.